

MERCADO AGROPECUÁRIO

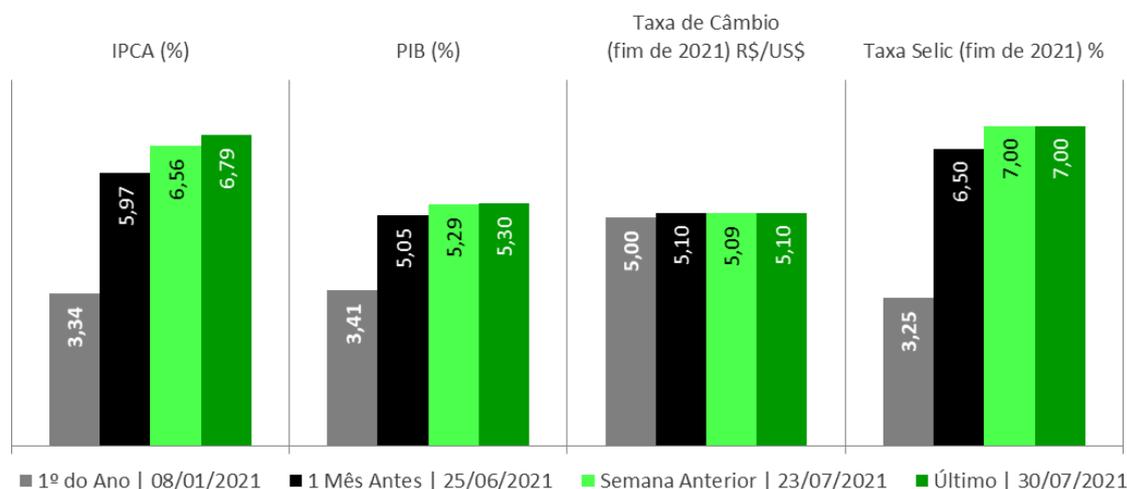
1. Copom eleva a meta da taxa Selic para 5,25% ao ano.
2. Boletim Focus/BCB eleva expectativa da taxa Selic para 7% ao final do ano. Estimativa do IPCA para o final do ano também sobe e fica próximo de 7%. Estimativas para o PIB e taxa de câmbio ficam sem muitas mudanças.
3. Exportações do agronegócio somaram US\$ 72,7 bilhões no acumulado até julho/2021.
4. Importações de milho e trigo sobem em julho e exportações de arroz (base casca) caem 54% em 2021.
5. Baixas temperaturas e geadas seguem ditando oscilação nos preços de frutas e hortaliças no atacado.
6. Geadas contribuem para a perspectiva altista dos preços do açúcar
7. Perspectiva de menor produção de cana-de-açúcar já reflete na exportação de açúcar.
8. Mês de julho fecha com recordes no faturamento das exportações de carnes.
9. Leilão GDT aponta nova queda nas cotações internacionais do leite em pó.
10. China aumenta em 33% as importações de lácteos no 1º semestre de 2021.

- Indicadores Econômicos -

Copom eleva a taxa Selic para 5,25% a.a. – Em sua 240ª reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic em um ponto percentual. O aumento da taxa Selic tem impacto direto sobre o custo de captação de uma das principais fontes de recursos para o crédito rural, que é a poupança. Pela regra em vigor desde 2012, quando a Selic está abaixo de 8,5%, a correção anual da caderneta de poupança equivale a 70% dos juros básicos mais a Taxa Referencial (TR), que está em zero desde 2017. O aumento do custo de captação de recursos pelas instituições financeiras leva ao aumento da necessidade de recursos para equalização de taxas de juros ou redução dos recursos equalizados à disposição do setor, no caso dos recursos direcionados. No caso dos recursos livres, o aumento da Selic se traduz em elevação do custo do crédito ao setor produtivo.

Expectativas de Mercado – IPCA e Selic são as maiores altas do mês. As previsões do último boletim Focus, do Banco Central, publicado no dia 30/07, foram otimistas para o PIB brasileiro. Segundo o relatório, o crescimento deve ser de 5,3% em 2021, 0,25 p.p. acima do previsto no mês anterior. A taxa de câmbio permanece constante, com previsão de encerrar o período em R\$/USD 5,10. Os destaques ficam por conta do IPCA, que teve alta de quase 1 p.p. no mês e é projetado em 6,79% ao final do ano. A taxa Selic atingiu os 7% e a projeção já é 3,75 p.p. acima do projetado no início de 2021.

Expectativas de Mercado



Fonte: Banco Central. Elaboração: CNA

Exportações – Exportações do agronegócio atingiram US\$ 72,7 bilhões. A exportação acumulada até julho de 2021 já equivale à 72,2% do total de 2020 (US\$ 100,7 bilhões) e segue em rápida trajetória para bater o recorde de 2018 (US\$ 101,2 bilhões). A Tailândia e Turquia ultrapassaram Japão e Coreia do Sul como principais destinos e a China, principal destino, aumentou suas importações de US\$ 23,7 bilhões para US\$ 27,9 bilhões, no mesmo período, um aumento de 18%.

Exportações do Agronegócio de Janeiro até Julho (US\$ Bilhões)

Destino	2020	2021	Variação
China	23,7	27,9	18%
União Europeia	9,0	10,6	18%
Estados Unidos	3,6	4,8	33%
Tailândia	1,2	1,7	42%
Turquia	1,2	1,5	25%

Fonte: Comex Stat (MDIC). Elaboração Dtec/CNA

- Mercado Agrícola -

Grãos – Importações de milho e trigo sobem em julho e exportações de arroz (base casca) caem 54% em 2021. Foram importadas 144 mil toneladas de milho em julho, alta de 24% com relação ao mês de junho. O volume é 149% acima da média do mês de julho dos últimos quatro anos. No acumulado de 2021, o Brasil já importou 1,082 milhão de toneladas de milho. O Paraguai é o principal fornecedor, responsável por 79% do volume comprado pelo Brasil, seguido por Argentina com 20%. Os dois países somados representam 99,8% do milho importado em 2021. As importações de trigo também voltaram a subir, somando 535 mil toneladas, alta de 5% com relação a julho de 2020. No acumulado de janeiro a julho de 2021, as importações de trigo ainda são 3,8% inferiores ao comprado em 2020, mas essa diferença vem diminuindo nos últimos meses. Para o arroz, o foco é nas exportações, que

somam 575 mil toneladas (base casca) e são 54% menores no acumulado de janeiro a julho de 2021, quando comparado ao mesmo período de 2020. A balança comercial do arroz está deficitária em 107 mil toneladas, no acumulado de 2021, com mais arroz importado, que exportado. Nesse mesmo período de 2020, as exportações superavam as importações em 721 mil toneladas.

Frutas e Hortalças – Baixas temperaturas e geadas seguem ditando oscilação nos preços no atacado

A Conab divulgou na quarta-feira (04/08), o [Monitoramento Semanal](#) da comercialização dos principais produtos nas centrais de abastecimento, com dados referentes ao período de 25 a 31 de julho de 2021. A demanda se manteve retraída, influenciando as médias de preços no período avaliado. Houve aumento nos preços de batata (27,6%) e redução para tomate italiano (-6,0%) e cebola (-10,7%), movimento que ocorreu em todas as centrais avaliadas. Já entre as frutas, houve aumento nos preços de banana nanica (13,6%) e redução para mamão formosa (-4,9%). O mês de julho foi marcado pela ocorrência de quedas nas temperaturas e formação de geada em algumas regiões produtoras. O fechamento do mês permite analisar os preços médios frente ao mês de junho, com destaque para o aumento no preço de alface crespa (36,7%), alface lisa (30,6%) e alface americana (37,1%) na Ceagesp.

Cana-de-açúcar – Geadas contribuem para a perspectiva altista dos preços do açúcar.

O setor sucroalcooleiro ainda aguarda os efeitos da ocorrência de geadas que acometeram canaviais do Centro-Sul do País, mas os altos preços de açúcar e etanol já vinham sendo mantidos em alto patamar nos mercados interno e externo devido ao enfrentamento de seca prolongada, não somente no Brasil, mas também na Índia e Tailândia. [Segundo análises do Cepea](#), o mês de julho apresentou cenário altista com média mensal de R\$ 116,40/saca de 50 Kg, em São Paulo, que correspondem a um aumento de 50,46% em relação ao mesmo período da safra passada. Nos indicadores de Pernambuco e Paraíba, as médias mensais fecharam em R\$ 130,00/saca e R\$ 127,53, altas de 49,58% e 51,16% frente a julho de 2020, respectivamente. Os preços devem se manter elevados em médio prazo. Comportamento similar tem sido verificado no etanol. No quadrimestre de abril a julho, as médias de preços de etanol hidratado e anidro fecharam em R\$ 2,8815 e R\$ 3,2205, correspondentes a um aumento de 38,5% e 41,3% comparado ao mesmo período de 2020. No Nordeste, a oferta do produto deve aumentar em agosto e setembro, visto o início da safra na região nos próximos dias.

Cana-de-açúcar – Perspectiva de menor produção de cana-de-açúcar já reflete na exportação de açúcar.

Em julho, as exportações de açúcar recuaram 5,25% em relação ao mês anterior e 25% no mesmo período do ano passado. As importações avançaram 134% em relação a junho de 2021 e cinco vezes mais que julho de 2020. As exportações de etanol também recuaram 25% e 27% em relação ao mês anterior e o mesmo período do ano passado, respectivamente. No acumulado dos primeiros sete meses do ano, as exportações somam 15,29 milhões de toneladas, redução de 6% em relação ao mesmo período de 2020. A redução está associada à expectativa de menor produção de cana-de-açúcar no Centro-Sul do Brasil na safra 2021/22, em decorrência do déficit hídrico dos últimos meses.

- Mercado Pecuário –

Carnes – Recordes no faturamento das exportações. Dados das exportações do mês de julho apontam novos recordes nas exportações de carne in natura. O total exportado foi de mais de 650 mil toneladas, sendo 60,2% de carne de frango, 25,6% de carne bovina e 14,3% de carne suína, um aumento de mais de 9% em relação a julho do ano passado. Para a carne bovina, apesar da queda no volume embarcado quando comparado a julho de 2020, houve um incremento de 30,64% no valor médio, demonstrando a demanda externa aquecida pela proteína. Na carne de frango, o incremento

em relação a julho de 2020 ocorreu tanto em volume quanto em preço médio embarcado, com aumento de 16,12% e 30%, respectivamente, o que fez com que o faturamento do mês de julho aumentasse mais de 50% em comparação a julho de 2020, o segundo maior valor da história do setor. Já a carne suína segue com exportações crescentes, porém mais modestas, com incremento de 3% em volume e 18% no preço médio embarcado.

Pecuária de leite – Leilão GDT aponta nova queda nas cotações internacionais de lácteos. O evento número 289, realizado em 03/08, apresentou queda de 1% no índice geral de preços para os derivados lácteos, atingindo valor médio de R\$ 3.784. Puxando o movimento de baixa figuram leiteiro, leite em pó integral e lactose, com quedas de 8%, 4% e 3%, respectivamente. Na contramão foram verificadas valorizações para a manteiga (4%), leite em pó desnatado (1,5%), gordura anidra (1,3%) e queijo cheddar (0,7%). O valor total pela tonelada de leite em pó integral fechou em US\$ 3.598, menor valor desde fevereiro de 2021.

Pecuária de leite – China aumenta em 33% as importações de lácteos no primeiro semestre de 2021. O principal importador mundial de lácteos manteve em alta seu apetite nesse ano, contudo, o expressivo incremento no volume total não se repetiu nos desembolsos. Enquanto os embarques foram acrescidos em 33%, o valor total das importações cresceu apenas 17%. Os maiores aumentos foram verificados nos produtos de maior participação no mix de importação, notadamente o leite em pó e soro. Com 50% e 40% de participação, respectivamente, esses produtos tiveram o volume acrescido em 33,7% e 44,9%, puxando para cima o volume total das importações. Leite fluido apresentou também importante aumento, de quase 50%, enquanto os produtos de maior valor agregado, como fórmulas infantis, iogurtes e outros fermentados demonstram decréscimos, explicando a discrepância de crescimento entre volume e valor. Ao todo foram importadas 2,2 milhões de toneladas de lácteos pelo gigante asiático nesse primeiro semestre, o equivalente a 11,4 bilhões de litros de leite.

CONGRESSO NACIONAL

1. Câmara aprova projeto de Lei 2.633/2020 que trata de regularização fundiária em terras da União.
2. CNA reuniu-se com relator da MP nº 1.055/2021.
3. IR - Câmara dos Deputados aprova urgência para o Projeto de Lei nº 2.337/21.
4. Senado Federal aprova Projeto de Lei que reabre prazo para adesão ao Pert.

Regularização fundiária em glebas públicas federais – No dia 03/08, a Câmara dos Deputados aprovou, na forma de parecer substitutivo do relator o dep. federal Bosco Saraiva (Solidariedade/AM), o PL 2.633/2020 que trata da regularização fundiária das ocupações em terras situadas em áreas da União. A CNA considerou que o projeto encaminhado ao Senado Federal não atendeu por completo às demandas do setor em pontos prioritários, como a definição do marco temporal em maio/2012, e a possibilidade de utilização da tecnologia via sensoriamento remoto para vistoria em pequenas e médias propriedades. Houve alguns pontos de melhoria em relação ao projeto inicial – como a possibilidade celebrar contratos ou convênios com outras instituições, como cartórios de registro de imóveis, bancos, correios, Forças Armadas e entidades de assistência técnica rural – para dar celeridade à regularização fundiária nos municípios, além da permissão do uso de tabela de Valor de Terra Nua (VTN) microrregião vizinha e a consulta a entidades que produzem valores de referência ou a realização de avaliação do imóvel, quando não existir uma tabela para a região em que está localizada a gleba a ser regularizada.

Medida Provisória nº 1.055/2021 – No dia 03/08, a CNA reuniu-se com o relator da MP nº 1.055, deputado federal Adolfo Viana (PSDB/BA). A Medida Provisória instituiu a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País. A CNA reconhece a importância do tema tratado, que merece de fato um grupo específico para discutir as alternativas da geração energética, mas que não podem, de forma alguma, serem dissociadas da Política Nacional de Recursos Hídricos e jamais sem considerar os outros setores usuários. Por isso, entendemos que a Câmara Técnica deveria ser criada no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, assegurando que a gestão seja feita de forma integrada ao sistema nacional e respeitando a multiplicidade dos usos, premissa de toda política nacional de recursos hídricos. O planejamento setorial precisa respeitar os cenários de crescimento e o diálogo entre os usuários, por isso o Plano Nacional de Recursos Hídricos é crucial para que o País não sofra, de forma recorrente, com crises oriundas de problemas já conhecidos. De nada adianta garantir o abastecimento de energia gerando o desabastecimento de alimentos. A palavra final deve ser pautada no diálogo, entendendo as diferenças setoriais garantindo a segurança alimentar, construída em décadas de desenvolvimento da agropecuária brasileira, setor que tem sustentado o Brasil diante das últimas crises econômicas.

Câmara dos Deputados aprova urgência para o Projeto de Lei nº 2.337/2021, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (04), por 278 votos a 158, o regime de urgência para o Projeto de Lei nº 2.337/21, do Poder Executivo, que é uma das propostas da reforma tributária. O projeto poderá ser votado nas próximas

sessões do Plenário. O regime de urgência permite dispensar algumas formalidades regimentais para que o projeto seja apreciado de forma mais célere.

Senado Federal aprova Projeto de Lei que reabre prazo para adesão ao Pert (PL 4728/20), que modifica o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), com novos prazos e condições para o pagamento de débitos com a União. O Senado aprovou na quinta-feira (05) o projeto que reabre o prazo para adesão de pessoas físicas e jurídicas ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). O PL segue agora para a Câmara dos Deputados.

INFORME SETORIAL

1. CNA promove reuniões para fomento de agenda de pesquisa em seguros rurais e sustentabilidade relacionada a produtos artesanais durante o 59º Congresso da Sociedade de Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober).
2. Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) altera a distribuição do orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).
3. Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) publica os parâmetros para instituições realizarem o serviço de acreditação do atendimento aos requisitos mínimos de capacitação em seguro rural.
4. Superintendência de Seguros Privados (Susep) divulga crescimento de 37,9% na emissão de prêmios de seguros rurais no primeiro semestre de 2021 em relação a 2020.
5. Contratações de crédito no primeiro mês da safra 2021/2022 foi **15%** superior às contratações de julho/2020.
6. Mapa atualiza zoneamento agrícola do feijão caupi para a safra 2021/22.
7. Seminário “Frutas e Hortaliças – Por que comer mais?” apresenta conteúdos em prol do maior consumo de frutas e hortaliças.
8. Aberta consulta pública para avaliação do Regulamento Técnico Mercosul de Identidade e Qualidade do pimentão.
9. Governo declara medidas preventivas à disseminação da monilíase do cacauero nos estados do AC, AM e RO.
10. Comitê Técnico do CDPC aprova R\$1,3 bi para financiamento de cafeicultores afetados pelas geadas.
11. Chegada da Peste Suína Africana no continente americano.
12. Receita Federal lança Instrução Normativa 2.040/2021, que define prazos e regras para a entrega do DITR 2021.
13. CNA participa da Oficina Temática sobre Recursos Hídricos Transfronteiriços para a elaboração do PNRH 2022/2040.
14. CNA discute reuso de água na agropecuária durante live com especialistas.
15. Comissão de Apoio ao Processo Regulatório sob a Perspectiva do Consumidor (Aneel) se reuniu para tratar da Consulta Pública nº18/21 que visa revisar a Resolução 414 e dar outras providências.

Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober) – CNA promove duas reuniões para fomento de agenda de pesquisa em seguros rurais e sustentabilidade na produção artesanal durante o 59º Congresso da Sober, realizado de 02 a 06/08. Na reunião que debateu a necessidade de ampliar conhecimentos sobre os benefícios advindos com o uso de práticas de restauração ambiental aliadas à produção artesanal, foi elaborada uma agenda com propostas para estimular o desenvolvimento do tema, dentre as quais estão a necessidade de implementação de linhas de financiamento específicas para a produção artesanal, estruturar arcabouço legal simplificado para o reconhecimento e a regularização dos produtos artesanais, a capacitação de gestores e o incentivo a pesquisas com o tema. No debate sobre seguros rurais, foi estabelecida uma agenda ampla de pesquisas que podem ser fomentadas, desde a análise de percepção de riscos dos produtores, análise de custo-benefício dos programas públicos, comparativo com experiências internacionais, análise da tomada de decisões das seguradoras, do impacto regulatório de propostas legislativas relacionadas ao tema, entre outros, além da proposição de criação de uma rede ampla de pesquisa, que deve contar com o apoio financeiro do setor privado, além da divulgação de conhecimentos. Além das reuniões de grupos de estudos, a aluna de Gestão Ambiental da Faculdade CNA, Andreza Pereira de Almeida, apresentou o artigo [“Transporte ferroviário: análise da evolução do volume de cargas agropecuárias versus o minério de ferro \(2006-2019\)”](#).

Seguro Rural – Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) altera a distribuição do orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) para 2021. No dia 30/07, foi publicada no Diário Oficial da União, a [Resolução 84/2021-CGSR](#), que altera a [Resolução 81](#), de 27/05/21, ampliando o volume de recursos autorizados a utilizar no PSR em 2021, de R\$ 693,13 milhões para R\$ 844,29 milhões. As ampliações no volume de recursos para a subvenção ao prêmio do seguro rural ocorreram para grãos de inverno (+R\$ 5 milhões), grãos de verão (+R\$ 120 milhões), florestas (+R\$ 1 milhão) e aquícola, café, cana-de-açúcar e olerícolas (+R\$ 25,15 milhões). A Lei Orçamentária Anual de 2021 (Lei 14.144/2021) prevê a aplicação de R\$ 976,29 milhões na subvenção ao prêmio do seguro rural, dos quais R\$ 132 milhões já sofreram cancelamentos e bloqueios.

Cultura	Resolução 81/2021-CGSR	Resolução 84/2021-CGSR
Grãos de Inverno	R\$ 400.000.000	R\$ 405.000.000
Grãos de Verão	R\$ 85.000.000	R\$ 205.000.000
Milho 1ª safra	R\$ 20.000.000	R\$ 20.000.000
Frutas	R\$ 60.000.000	R\$ 60.000.000
Pecúario	R\$ 6.000.000	R\$ 6.000.000
Florestas	R\$ 1.000.000	R\$ 2.000.000
Grãos de Verão (Norte/Nordeste)	R\$ 38.000.000	R\$ 38.000.000
Milho 1ª safra (Norte/Nordeste)	R\$ 12.000.000	R\$ 12.000.000
Projeto-Piloto Pronaf (grãos de verão)	R\$ 25.000.000	R\$ 25.000.000
Projeto-Piloto Pronaf (milho 1ª safra)	R\$ 20.000.000	R\$ 20.000.000
Projeto-Piloto Pronaf (banana/maçã/uva)	R\$ 5.000.000	R\$ 5.000.000
Outros	R\$ 21.133.646	R\$ 46.291.485
Total	R\$ 693.133.646	R\$ 844.291.485

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Seguro Rural – Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) publica os parâmetros para instituições realizarem o serviço de acreditação do atendimento aos requisitos mínimos de capacitação em seguro rural. No dia 30/07, o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) publicou a [Resolução 85](#), que apresenta os requisitos para instituições realizarem o serviço de atestar a competência técnica de empresas, universidades e demais ofertantes de cursos de capacitação em seguro rural. Os critérios são representar oficialmente as seguradoras atuantes no seguro rural, possuir no mínimo três anos de existência comprovada, possuir experiência prévia no objeto da parceria ou semelhante, possuir comissão técnica definida para o

trabalho de acreditação e ter abrangência nacional.

Seguro Rural – Superintendência de Seguros Privados (Susep) divulga crescimento de 37,9% na emissão de prêmios de seguros rurais no primeiro semestre de 2021 em relação a 2020. [A Síntese Mensal de Junho de 2021](#), publicada pela Susep, destaca que os prêmios de seguros rurais acumulados em 2021 alcançaram R\$ 4,08 bilhões, frente a R\$ 2,96 bilhões no primeiro semestre de 2020. Os dados do [Atlas do Seguro Rural](#), do Mapa, mostram que o total do prêmio do seguro no âmbito do PSR foi de R\$ 1,64 bilhão até dia 03/08 e a subvenção paga somou R\$ 550,4 milhões. Até o dia 03/08, 58.175 produtores receberam subvenção em 88.847 apólices e uma área coberta de 5,5 milhões de hectares.

Crédito Rural – Contratações de crédito no primeiro mês da safra 2021/2022 superam em 15% as contratações de julho/2020. As contratações de crédito rural em julho/2021 somaram R\$ 26,9 bilhões, frente a R\$ 23,3 bilhões em julho/2020. Para a finalidade de custeio, as contratações somaram R\$ 16,4 bilhões em julho/2021 (+12%) e para investimentos, R\$ 6,8 bilhões (+37%). As instituições financeiras que apresentaram maior montante desembolsado em julho/2021 foram Banco do Brasil (R\$ 10,5 bi) e Banco Bradesco (R\$ 1,5 bi). Quando comparado a julho/2020, Banco do Brasil (+17%), Itaú Unibanco (+63%) e Caixa Econômica Federal (+85%) foram as instituições com maior ampliação nos empréstimos.

Valor das contratações - R\$ bilhões



Quantidade de contratos



Valor das contratações por instituição financeira - R\$ milhões

Instituições	Jul/20	Jul/21	Variação (%)
Banco do Brasil	8.901	10.373	17%
Banco Bradesco	2.684	1.636	-39%
Banco Santander	1.577	1.509	-4%
Itaú Unibanco	911	1.483	63%
Banco do Nordeste do Brasil	952	846	-11%
Caixa Econômica Federal	453	837	85%
Banco da Amazônia	544	547	1%
Outros	7.314	9.620	32%
Total	23.335	26.851	15%

Fonte: Banco Central do Brasil.

Feijão caupi – Mapa atualiza Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a safra 2021/22. Com a publicação das [portarias nº 348 a 369](#), o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) do feijão caupi está atualizado em todos os estados brasileiros para a safra 2021/22. Além da importância socioeconômica nas regiões Norte e Nordeste, o feijão caupi cresceu a área plantada no Centro-oeste brasileiro, sendo uma excelente opção para a segunda safra em regiões com calendário de chuvas menores. O Zarc indica as melhores épocas de plantio de feijão caupi para os diferentes tipos de solo, levando em conta o ciclo de diferentes cultivares. As informações de risco servem como base para o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e para o Programa de Seguro Rural (PSR). O aplicativo [Zarc Plantio Certo](#) pode ser baixado no celular e indica os períodos de plantio das culturas.

Frutas e Hortaliças – Seminário “Frutas e Hortaliças – Por que comer mais?” apresenta conteúdos em prol do maior consumo de frutas e hortaliças. A CNA, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura no Brasil (FAO), realizou na quarta-feira (04/08), o [Seminário “Frutas e Hortaliças – Por que comer mais?”](#). O encontro marca o início de uma campanha de promoção ao consumo de frutas e hortaliças. O seminário contou com a participação de representantes da FAO, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (Nupens/USP) e Projeto HF Brasil do Centro de Pesquisa em Economia Aplicada (Cepea). Foram compartilhadas informações a cerca do consumo de frutas e hortaliças no Brasil e no mundo, as interferências da pandemia nos hábitos de consumo e uma análise das cadeias produtivas e os desafios enfrentados para o aumento no consumo destes alimentos. A iniciativa terá continuidade com outros encontros, que abordarão a segurança alimentar e segurança do alimento, rastreabilidade e certificação de alimentos, e outros temas relacionados à relevância da produção agrícola para garantia da alimentação saudável.

Hortaliças – Aberta consulta pública para avaliação do Regulamento Técnico Mercosul de Identidade e Qualidade do Pimentão. Publicada na terça-feira (03/08), a [Portaria nº 371, de 30 de julho de 2021](#) submete à Consulta Pública a proposta de Regulamento Técnico do Mercosul de Identidade e Qualidade do Pimentão. O [Projeto de Portaria](#) encontra-se disponível na página eletrônica do Ministério da Agricultura, sendo que, as sugestões deverão ser encaminhadas por meio do Sistema de Monitoramento de Atos Normativos - [Sisman](#). O presente projeto tem por objetivo assegurar a identificação e classificação de produtos para fins comerciais no âmbito do Mercosul, de modo a prevenir a saúde dos consumidores, eliminar barreiras técnicas não tarifárias e evitar fraudes e práticas comerciais desleais. A consulta tem prazo de 75 dias, a contar da data de publicação da presente Portaria.

Cacau – Governo declara medidas preventivas à disseminação da monilíase do cacau no Acre, Amazonas e Rondônia. A Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura (SDA/Mapa) declarou o estado do Acre como área sob quarentena para a praga quarentenária ausente *Moniliophthora roreri*, fungo agente causal da doença monilíase. Após a publicação da [Portaria 372/ 2021](#), fica proibido o trânsito de materiais vegetais do Acre para as demais unidades da federação das espécies dos gêneros *Theobroma* (destaque para o cacau e cupuaçu), *Herrania* (frutas nativas da Amazônia) e outras hospedeiras de *Moniliophthora roreri*, até que sejam concluídos os trabalhos de delimitação da área de ocorrência do foco da praga no Brasil. Em complemento, a [Portaria 249/2021](#) também foi publicada e declara estado de emergência fitossanitária relativo ao iminente de introdução da monilíase no Amazonas e Rondônia. As diretrizes e ações preventivas necessárias serão definidas pelo Mapa. A vigência da determinação de “emergência fitossanitária” é de um ano, a contar da data de publicação da Portaria.

Café - Comitê Técnico do CDPC aprova R\$ 1,3 bi para financiamento de cafeicultores afetados pelas geadas. O [Comitê Técnico do Conselho Deliberativo da Política do Café \(CDPC\)](#) se reuniu na última sexta-feira (06/08) e aprovou a reserva de R\$ 1,3 bilhão dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) para o financiamento dos produtores afetados pelas geadas. As condições, prazos, taxas, carência e período de reembolso serão definidos em uma nova linha a ser criada. Os parâmetros seguirão informações técnicas a serem obtidas em um levantamento de campo que se encontra em andamento. A proposta do comitê caminhará para deliberação do Conselho Deliberativo de Política do Café e posteriormente para o Conselho Monetário Nacional, que deve se reunir no dia 26/08.

Suínos – Primeiro registro da doença no continente americano desde a década de 80. O setor da suinocultura no Brasil está em alerta frente a confirmação de casos de Peste Suína Africana (PSA) na República Dominicana, em 29/07. A chegada da PSA ao continente americano aumenta o estado de atenção com intensificação das medidas de biossegurança nas fazendas e controle nas fronteiras para prevenir a introdução da doença no

Brasil. Para isso, o Ministério da Agricultura divulgou, no último dia 30/07, o [Plano Integrado de Vigilância de Doenças dos Suínos](#) que visa fortalecer a capacidade de detecção precoce de casos de Peste Suína Clássica (PSC), Peste Suína Africana (PSA) e a Síndrome Reprodutiva e Respiratória dos Suínos (PRRS).

Declaração do Imposto Territorial Rural (DITR) – No dia 03/08, a *Secretária da Receita Federal (RFB) publicou a [Instrução Normativa 2.040/2021](#), que define o prazo de entrega DITR, referente ao exercício 2021, que começa dia 16 de agosto e encerra em 30 de setembro.* As pessoas físicas e jurídicas que são proprietárias, titulares do domínio útil ou possuidoras a qualquer título do imóvel rural estão obrigadas a apresentar a DITR, menos aquelas que são isentas ou imunes. É importante o produtor rural ficar atento ao período de entrega do ITR para não pagar multa. A declaração deve ser elaborada por meio do Programa Gerador da Declaração do ITR, disponível no [site da Receita Federal](#). O pagamento do imposto pode ser feito por transferência bancária apenas nos bancos autorizados ou por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), em qualquer agência bancária integrante da rede arrecadadora de receitas federais.

Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) – No dia 03/08, a *CNA participou da Oficina temática sobre Recursos Hídricos Transfronteiriços, referente ao processo de revisão do PNRH 2022/2040.* Enormes são os desafios da gestão das bacias hidrográficas e aquíferos transfronteiriços, onde é necessário construir um bom entendimento entre a União e as Unidades da Federação, para definir como o PNRH e os PERH's, que devem propor ações, de forma coordenada, para tratar a gestão de recursos hídricos em áreas de fronteira. O PNRH deverá trazer essas diretrizes para a gestão costeira e a gestão transfronteiriça, sempre que couber, no planejamento de suas ações e um dos tópicos para abordagem nos estudos de cenários do PNRH deverá contemplar os impactos e oportunidades oferecidas pelos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, incluindo os relacionados ao controle e mitigação das mudanças climáticas, e aos rios transfronteiriços.

Reuso de água no setor agropecuário: alternativa à escassez hídrica – No dia 04/08, a *CNA debateu o reuso de água na agropecuária durante live com especialistas.* O debate foi conduzido pelo presidente da Comissão Nacional de Irrigação da CNA, Eduardo Veras, e contou com a participação do coordenador do Grupo de Trabalho sobre Reuso do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Jefferson Oliveira, e do pesquisador de irrigação da Embrapa Hortaliças, Marcos Brandão Braga. A regulamentação do reuso de água no Brasil ainda é incipiente, sendo necessário adequar a legislação brasileira à realidade para que contemple o uso de água residual no meio rural, principalmente para irrigação como uma alternativa real para enfrentamento de crises hídricas e levar irrigação e produção de alimentos para regiões do semiárido.

Consulta Pública nº 18/21 ANEEL – No dia 06/08, a *CNA participou da apresentação feita à Comissão de Apoio ao Processo Regulatório sob a Perspectiva do Consumidor (Aneel), feita pelo relator para tratar dos principais pontos da Consulta Pública nº18/21.* O relator do processo apresentou aos membros da Comissão os principais pontos que entraram na revisão da resolução. O objetivo foi dialogar com o consumidor, ouvindo suas considerações acerca do tema. A norma em discussão tem como objetivo obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento das propostas de resoluções normativas que tratam da consolidação dos atos normativos relativos à pertinência temática "Direitos e deveres do usuário do serviço público de distribuição energia elétrica" e "Transferência de Ativos de Iluminação Pública". A CNA solicitou que fosse aperfeiçoada a redação dada pela Resolução 414 que define subclasse dos 'serviços públicos de irrigação', pois da forma constante apenas os perímetros públicos de irrigação teriam desconto da tarifa de energia e que fossem incluídos indicadores de qualidade rural na pesquisa que é feita anualmente e mede o índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC) que hoje é feita apenas com consumidores residenciais urbanos.

AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

09/08 – Reunião com o Banco da Amazônia (Basa)

09/08 – Painel Campo Futuro Aquicultura – Sorriso (MT)

10/08 - Reunião da Comissão Nacional do Meio Ambiente da CNA

10/08 – Reunião sobre a MP 1050

10/08 – Reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Palma de Óleo do Mapa

10/08 – Painel Campo Futuro de Algodão – Uruçuí (PI)

10/08 – Seminário Abinpet

10/08 – Painel Campo Futuro de Cana-de-açúcar – Nova Olímpia (MT)

11/08 –17h – Live Diferenciação e Agregação de Valor na Pecuária Leiteira

11/08 – Painel Campo Futuro de Folhosas – Mogi das Cruzes (SP)

11/08 – Reunião da Câmara Temática De Agricultura Sustentável e Irrigação do Mapa

12/08 – Reunião do Grupo de Trabalho de Revisão da Resolução 145/2012 do CNRH

12/08 – Painel Campo Futuro de Algodão – Rio Verde (GO)

12/08 – Painel Campo Futuro de Cana-de-açúcar – João Pinheiro (MG)

12/08 – Painel Campo Futuro de Silvicultura – João Pinheiro (MG)

12/08 – Reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco do Mapa

12/08 – Painel Campo Futuro Pecuária de Corte – Goiânia (GO)

13/08 – Painel Campo Futuro de Cana-de-açúcar – Barretos (SP)

13/08 - Divulgação do resultado do Prêmio Pecuária Saudável no canal do YouTube do CFMV